

**TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA PESSOA JURÍDICA
ESPECIALIZADA PARA REALIZAR ESTUDOS PARA SUBSIDIAR CRIAÇÃO DE UNIDADE DE
CONSERVAÇÃO**

Responsável: Camile Lugarini

Setor/Órgão/UC: NGI ICMBio Antonina Guaraqueçaba

Antonina, 28 de agosto de 2025

1. OBJETIVO

Contratação de serviços de consultoria pessoa jurídica para elaborar estudos sobre a caracterização fundiária e os meios físico, biótico, socioeconômico para subsidiar a criação de unidade de conservação no município de Guaraqueçaba/PR.

2. ANTECEDENTES E CONTEXTO

O Programa de Conservação da Biodiversidade do Litoral do Paraná – Programa TAJ Litoral do Paraná, foi criado em decorrência de um Termo de Acordo Judicial e tem como premissa a estruturação das unidades de conservação do litoral do Paraná e a promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades locais existentes em seu entorno ou dentro dessas áreas protegidas.

O Funbio - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade atua desde 1995 em todo o território nacional, sendo a Instituição responsável pela gestão dos recursos financeiros do Projeto, adquirindo bens e contratando serviços.

O imóvel denominado “Fazenda Santa Margarida”, localizado no município de Guaraqueçaba-PR, da Comarca de Antonina (antiga Comarca de Paranaguá), objeto da Matrícula nº 516, cadastrado no INCRA (cód. imóvel) 702.021.281.123/4, com área total de 1.543,3 hectares, área explorada 0,0 (zero), área explorável 1.543,3 hectares, módulo 25.0, número de módulos 61,73 proprietário “Espólio de Miguel Nasser” (registro anterior nº25.348, fls.267 do Lv. nº 3-W do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Paranaguá - PR) foi oferecido para a criação de Unidade de Conservação para a prefeitura municipal. Desta forma, formou-se um grupo de trabalho para discutir as possibilidades, categoria e esfera de criação. Decidiu-se, então, pela contratação de uma consultoria especializada para que sejam desenvolvidos estudos e trabalhos de criação de unidade de conservação. Este termo de referência destina-se a contratar consultoria de pessoa jurídica com a finalidade de desenvolver estudos preliminares para a criação de unidade de conservação. Primeiramente, será prospectada a capacidade do imóvel em ser regularizado, por meio de levantamento cartorial e de outros certificados pertinentes. Após a análise inicial de viabilidade da criação de unidade de

conservação, serão realizados estudos e levantamentos com foco a subsidiar decisões em relação à categoria, objetivo, esfera, dentre outros importantes atributos.

3. ESCOPO DO TRABALHO/ATIVIDADES/PRODUTOS -

Atividade 3.1: Metodologia/reunião para elaboração do Plano de Trabalho

A empresa contratada deverá participar de uma reunião com o representante do proprietário, equipe do ICMBio e membros do Conselho Gestor do TAJ Litoral para elaboração/adequação de Plano de Trabalho, detalhando itens do TDR. Nesta reunião também serão entregues pelo ICMBio, especialmente, a **Instrução Normativa ICMBIO n. 24/2025** (D.O.U. de 14/08/2025, Edição 153, Seção 1, p. 73) e representante do proprietário rural os insumos para a realização do trabalho (bibliografia, documentos, etc.).

A reunião para elaboração do Plano de Trabalho será realizada na Sede do ICMBio em Antonina/PR e terá duração de meio dia. A empresa arcará com as despesas de seu deslocamento, hospedagem e alimentação como contrapartida.

Produto 1: Plano de Trabalho ajustado

Atividade 3.2.: Caracterização fundiária

Com base na IN ICMBio 24/2025, a empresa deverá fazer o levantamento cartorial da cadeia dominial do imóvel. O tamanho da propriedade, tipo de titulação existente, localização e descrição das principais benfeitorias (arquivo de pontos em formato Shapefile das coordenadas GPS), estimativa do número de pessoas residentes no interior e ao redor deverá ser levantada.

Produto 2: Relatório da caracterização fundiária do imóvel.

Atividade 3.3.: Análise de viabilidade de criação de Unidade de Conservação

A empresa deverá apresentar uma análise de viabilidade de criação de Unidade de Conservação e uma análise de risco, considerando os diferentes atributos que a Unidade de Conservação poderá proteger, considerando especialmente a necessidade de regularização fundiária do imóvel. A partir da entrega destes resultados, a equipe do ICMBio e membros do Conselho Gestor decidirão pela continuidade do contrato ou sua extinção, caso não haja viabilidade de criação de uma Unidade de Conservação.

Produto 3: Relatório contendo análise de viabilidade e de risco de criação de Unidade de Conservação.

Atividade 3.4.: Levantamento de dados físicos, bióticos, abióticos e socioambientais

A empresa deverá realizar os seguintes levantamentos:

1. Mapeamento e análise de uso e cobertura da terra na área da propriedade, indicando os remanescentes de vegetação natural e os principais usos da terra, assim como a área ocupada por cada uso. O mapeamento terá escala de 1:5.000, elaborado por classificação supervisionada em imagens de alta resolução, georreferenciadas a partir do mosaico

geocover, subsidiado por amostras de treinamento verificadas em campo e com índice de confiabilidade maior que 75%.

2. Levantamento socioeconômico da área de influência da Unidade de Conservação, abordando os seguintes aspectos:

a. Levantamento e análise das atividades econômicas na região, incluindo as formas de uso e manejo tradicionais utilizadas pela população local (atuais e tendências) e levantamento de dados e realização de análises sobre indicadores de renda, educação, saneamento, saúde, habitação e trabalho;

b. Análise do impacto econômico potencial da criação de Unidades de Conservação sobre a economia local e sobre as comunidades e município afetado (impactos positivos, negativos, impacto no PIB dos municípios, expectativas das comunidades, etc). Analisar cenários com diferentes extensões e categorias de Unidade;

c. Levantamento e análise das oportunidades de uso público (atrativos naturais, atividades já realizadas e/ou com potencial ecoturístico, etc);

d. Verificação da existência de famílias ou comunidades que usufruem a área na obtenção de bens e/ou produtos para seu sustento;

e. Identificação da presença e caracterização de comunidades indígenas ou tradicionais existentes na região ou nas áreas de estudo;

f. Identificação de grupos sociais que poderão interferir (de forma positiva ou negativa) no processo de criação da unidade, bem como suas preocupações e interesses, entre eles: forças e tensões sociais, grupos e movimentos comunitários, lideranças comunitárias, forças políticas e sindicais atuantes e associações;

g. Realização de consulta livre, prévia e informada às comunidades tradicionais do entorno, no raio de 3 km da propriedade rural.

3. Identificação de áreas naturais e culturais relevantes como: cavernas, picos, cachoeiras, entre outros; sítios paleontológicos e/ou arqueológicos (depósitos fossilíferos, sinalizações de arte rupestre, cemitérios indígenas, cerâmicos e outros de possível interesse para pesquisas científicas ou preservação); áreas de edificações de valor histórico e arquitetônico.

4. Levantamento de dados e análise dos impactos ambientais sobre os usos alternativos do solo existentes, que estão em planejamento ou em implementação nas áreas indicadas, tais como: geração de energia, exploração mineral, instalação de infraestrutura como estradas, barragens, linhas de transmissão, gasodutos, zoneamentos ecológicos-econômicos, planos diretores, etc.

5. Levantamento de dados secundários do meio físico, possibilitando a caracterização dos seguintes aspectos: relevo, geologia, geomorfologia, pedologia, hidrografia, áreas suscetíveis à erosão, inundação, assoreamento e outros, identificação dos serviços ambientais que as áreas abrigam (abastecimento de água a jusante, regulação hídrica, contenção de solos, refúgio da fauna, etc).

6. Levantamento de dados secundários do meio biótico, possibilitando a caracterização do estado de conservação do bioma, no estado, na região e nos municípios abrangidos pela

proposta, assim como a caracterização dos ecossistemas na área indicada, incluindo o levantamento da ocorrência de endemismos, espécies raras e ameaçadas de extinção, espécies de interesse econômico e/ou sob pressão de uso.

Produto 4 – Relatório do estudo físico, biótico e socioambiental da área de influência da área rural e indicação de proposta de poligonal com os limites e categoria das áreas com potencial para criação de unidades de conservação. Lista de presença e atas das reuniões comunitárias.

4. RESULTADOS, PAGAMENTO E CRONOGRAMA

A empresa de consultoria deverá cumprir as atividades listadas e realizar as atividades descritas, apresentando como resultado os produtos especificados nos prazos relacionados, conforme exemplo a seguir:

| Nº | Produto | Prazo de entrega (dias a partir da assinatura do contrato) | % do valor do contrato |
|-----------|--|---|-------------------------------|
| 1 | Plano de trabalho ajustado | 15 | 5% |
| 2 | Relatório da caracterização fundiária e análise de viabilidade da área para a criação de unidade de conservação | 60 | 30% |
| 3 | Relatório contendo análise de viabilidade e de risco de criação de Unidade de Conservação. | 75 | 15% |
| 4 | Relatório de caracterização dos meios físico, biótico e socioeconômico para formação de processo de criação de unidade de conservação e indicação de proposta de poligonal com os limites e categoria das áreas com potencial para criação de unidades de conservação. | 120 | 50% |

Caso haja restrições no imóvel que impeçam o avanço da proposta de criação da unidade de conservação no produto 3 do presente TdR, o contrato será extinto e as atividades relacionadas ao produto 4 não serão necessárias e pagas.

As atividades descritas neste TdR serão desempenhadas no prazo de quatro meses, de acordo com o cronograma de entrega dos produtos.

Serão deduzidos, no ato dos pagamentos os descontos estipulados por lei.

O consultor deverá encaminhar uma cópia de todos os produtos para o Funbio, em meio digital (por e-mail, para contratos@funbio.org.br), devidamente aprovados pelo ICMBio Antonina-Guaraqueçaba.

O pagamento será feito em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento, no Funbio, do documento de cobrança (quando empresa: nota fiscal/fatura) e do Termo de Recebimento e Aceite - TRA (documento emitido pelo beneficiário, responsável pelo recebimento e aceite, atestando que os serviços foram prestados em conformidade com as especificações solicitadas, quantidades e etapas, se for o caso).

5. FORMA DE APRESENTAÇÃO

Os produtos serão entregues em formato digital (ex.: e-mail, we transfer, drive ou outra aplicação digital).

O contratado deverá apresentar os produtos especificados neste TdR em linguagem clara e concisa, permitindo perfeita compreensão.

Os resultados deverão ser apresentados em forma de texto e gráficos, no formato A4 da ABNT. As informações literais (textos) deverão estar em formato *.DOC, do padrão Word for Windows. As figuras e/ou ilustrações deverão estar incorporadas aos arquivos do Word por inserção de figuras. Sempre que necessário ao bom entendimento, os textos contidos nos relatórios poderão ser complementados com desenhos, ilustrações, gráficos e tabelas no formato A4 e/ou A3.

Os mapas e plantas deverão ser apresentados sobre base cartográfica em escala compatível e impressos em formatos padrão. Após a aprovação, os mapas deverão ser apresentados com a escala de 1:5.000. As informações geradas pelo contratado serão de domínio do ICMBio e FUNBIO. Os arquivos deverão ser disponibilizados em formato *.SHP e complementares, devidamente organizados, incluindo referências sobre os metadados.

Os mapas deverão ser entregues nos princípios do Sistema de Informações Geográficas – SIG (georreferenciados), processados em ambiente ArcGis, QGis ou compatível e utilizando seus recursos de análise espacial e de modelo numérico do terreno.

Os mapas produzidos e aprovados deverão ser entregues em 3 (três) vias em A3.

6. INSUMOS NECESSÁRIOS

A empresa deve contemplar na proposta os custos de deslocamento, alimentação, hospedagem da equipe para a participação em reuniões e levantamentos de campo.

Os custos e a logística da mobilização comunitária e organização de reuniões serão de responsabilidade da empresa contratada. Nas reuniões comunitárias é imprescindível a participação do ICMBio para acompanhamento, sendo desejável a participação da Defensoria Pública.

7. QUALIFICAÇÃO DA PJ

A contratação será feita com entidade privada, que deve dispor de profissionais qualificados e multidisciplinares capazes de realizar trabalhos em parceria, com ênfase no teor desse termo de referência. Deve apresentar experiência comprovada de no mínimo 5 (cinco) anos em ações ligadas à criação de Unidades de Conservação, regularização fundiária de Unidade de Conservação, estudos socioambientais, preferencialmente no Litoral do Paraná ou no Bioma Mata Atlântica - Floresta Ombrófila Densa; capacidade instalada – gerencial/administrativa/institucional, experiência e capacidade para a execução dos produtos previstos neste termo, além de adequada infraestrutura física, equipamentos, etc. É desejável que a entidade tenha experiência comprovada na realização de trabalhos junto a órgãos de governo (federal e/ou estadual).

Todos os contratados deverão realizar pessoalmente os trabalhos (incluindo as fases de escritório e de campo) para os quais foram designados.

A experiência da empresa será comprovada por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da licitante, impressos em papel timbrado do emitente, sem rasuras ou entrelinhas.

Os serviços deverão ser executados no Litoral Norte do Estado do Paraná, nos municípios de Antonina e Guaraqueçaba/PR.

Todos os estudos, relatórios ou outros materiais, como gráficos, software, etc, elaborados pelo contratado no âmbito das atividades previstas neste termo de referência serão de domínio do Funbio e ICMBio. O contratado poderá reter uma cópia de tais documentos, com exceção das licenças de software sujeitos a royalties a terceiros utilizados para o desenvolvimento de tais materiais.

O contratado se obriga a executar os serviços de acordo com os mais elevados padrões de competência e integridade profissional e ética.

7.1 Equipe Técnica

A empresa contratada deverá disponibilizar equipe técnica multidisciplinar composta pelos seguintes profissionais:

Profissional 1 – Especialista em Regularização Fundiária

Formação Acadêmica: Graduação em Geografia, Engenharia ou áreas correlatas.

Experiência Profissional: Comprovação de atuação em projetos de regularização fundiária voltados para Unidades de Conservação, incluindo análise documental, georreferenciamento e articulação institucional.

Profissional 2 – Especialista Jurídico

Formação Acadêmica: Graduação em Direito ou áreas afins.

Experiência Profissional: Atuação comprovada em processos jurídicos relacionados à regularização fundiária de Unidades de Conservação, incluindo análise de titularidade, legislação ambiental e elaboração de pareceres técnicos.

Profissional 3 – Especialista em Levantamento Biológico

Formação Acadêmica: Graduação em Ciências Biológicas ou áreas correlatas.

Experiência Profissional: Execução de levantamentos de dados bióticos, com foco em flora, fauna e ecossistemas, preferencialmente em áreas destinadas à conservação ambiental.

Profissional 4 – Especialista em Levantamento Socioeconômico

Formação Acadêmica: Graduação em Ciências Sociais, Economia, Geografia ou áreas afins.

Experiência Profissional: Realização de trabalhos de levantamento de dados socioeconômicos com consulta livre, prévia e informada.

8. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

O responsável técnico pela análise e aprovação dos produtos entregues pelo contratado para execução do serviço a que se refere este Termo de Referência será o NGI Antonina-Guaraqueçaba, juntamente com instâncias responsáveis do ICMBio, que terá pleno acesso a todas as informações e atividades realizadas para a execução dos serviços deste termo de referência.

Setor/Órgão/UC: NGI ICMBio Antonina Guaraqueçaba

A equipe técnica do ICMBio terá 10 dias úteis para avaliar cada produto, após a entrega pela contratante. É recomendável que a equipe técnica realize no máximo duas revisões para aprovar determinado produto.